



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2023

CARGO: ADVOGADO

(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: 01 a 05; Matemática: 06 a 10; Informática: 11 a 15;
Conhecimentos Gerais: 16 a 20; Conhecimentos Específicos: 21 a 40.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d,e).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-respostas.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-respostas.

Identificação do candidato

Nome	Nº do Documento

GABARITO

Preencha suas respostas no quadro abaixo e destaque na linha pontilhada.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					

Divulgação do Gabarito Preliminar 1 dia útil após a aplicação da prova.

QUESTÕES DE 01 A 05 - LÍNGUA PORTUGUESA

Considere atentamente o texto a seguir, extraído de uma das crônicas de Otto Lara Resende, para responder as próximas questões.

“O Dr. Fritz Muller é um alemão que veio jovem para o Brasil, no século passado. Um sábio. E até um herói, pela vida que levou em Santa Catarina. O Moacir Werneck de Castro escreveu sobre o Dr. Muller um livro que ainda está inédito. Li o original e fiquei impressionado: que vida! O homem se adaptou ao Brasil de tal forma que chegou a andar descalço, com chapéu de caipira na cabeça. Nem por isso deixou de ser alemão. Em 1878, escreveu numa carta o seguinte: ‘Quando se vive todo um quarto de século na terra das preguiças, incorpora-se pouco a pouco algo da natureza desses bichos, seja em razão do exemplo, do clima ou, o que é essencial, da falta de estímulos espirituais’. Estava amargo nesse dia o Dr. Fritz Muller. E tinha lá as suas razões. Era de briga o homem. Teve muito aborrecimento, mas nunca mais saiu daqui e deixou uma bela obra. Per Johns, escritor, é filho de dinamarqueses. Se você quer saber como os nórdicos que vivem aqui veem o brasileiro, leia ‘As aves de Cassandra’. É um romance e nem por isso deixa de ser um documento. Disse nórdicos, mas posso dizer europeus do norte, para aí incluir alemães, ingleses e outros. Têm horror a itálicos e hispânicos. E do Brasil não têm uma visão lisonjeira. Acabam às vezes se abrasileirando, mas não suportam, com licença, a nossa ‘esculhambação’. Está lá no Per Johns o que sentem e o que dizem do trópico. Metem o pau na nossa pasmaceira, sensualidade e preguiça. Mas uma prova da força da nossa cultura é que o próprio Per Johns, dinamarquês de quatro costados, é hoje um acabado escritor brasileiro. Dizer que o brasileiro é preguiçoso é a meu ver injusto. O sujeito que diz isso não conhece o brasileiro. E muito menos a preguiça, um desdentado da família dos bradipodídeos. Brasileira 100%, a preguiça não gasta energia à toa. Prova de que é inteligentíssima. Vive o tempo todo na embaúba. Só se muda se for preciso. Por exemplo: se faltarem as folhinhas novas que aprecia. Ameaçada, é capaz de subir correndo numa árvore de trinta metros. Adora o sol e faz ginástica, feliz da vida. Bem camuflada, não há onça nem jiboia que a peguem. Os nórdicos queriam o quê? Que a preguiça saísse correndo pelo mato qual antílope? Isto seria burrice. E morte na certa. Inteligência é capacidade de adaptação. É o que não falta ao brasileiro e à preguiça”. (Preguiça e inteligência, Otto Lara Resende, com adaptações).

01. Em dado momento de seu texto, o autor apresenta uma definição de “inteligência”. Marque a alternativa que contém um substantivo que resume essa definição.

- a) Aspereza.
- b) Austeridade.
- c) Enrijecimento.
- d) Flexibilidade.
- e) Rigidez.

02. No trecho “incorpora-se pouco a pouco algo da natureza desses bichos”, o pronome “se” pode ser classificado como:

- a) partícula de realce.
- b) pronome reflexivo.
- c) partícula apassivadora.
- d) parte integrante do verbo.
- e) índice de indeterminação do sujeito.

03. Quanto à função de sujeito na oração “Têm horror a itálicos e hispânicos”, pode-se afirmar que é exercida pelo pronome implícito:

- a) “tu”.
- b) “ele”.
- c) “eles”.
- d) “Per Johns”.
- e) “Fritz Muller”.

04. Marque a alternativa que indica, respectivamente, possíveis sinônimos para os termos “lisonjeira”, “esculhambação” e “pasmaceira”, extraídos do texto.

- a) “elogiosa”, “confusão” e “apatia”.
- b) “acusativa”, “método” e “ânimo”.
- c) “azedo”, “concordia” e “otimismo”.
- d) “crítica”, “harmonia” e “vivacidade”.
- e) “desagradável”, “calmaria” e “determinação”.

05. No trecho “O sujeito que diz isso não conhece o brasileiro. E muito menos a preguiça”, o substantivo “preguiça” diz respeito a um:

- a) animal.
- b) defeito.
- c) hábito.
- d) preconceito.
- e) vício moral.

QUESTÕES DE 06 A 10 - MATEMÁTICA

06. Um empréstimo de R\$ 200.000,00 feito sob o regime de juros compostos será pago em 2 anos a uma taxa de juros de 100% ao ano. Qual será o montante do pagamento desse empréstimo?

- a) R\$ 200.000,00
 - b) R\$ 400.000,00
 - c) R\$ 600.000,00
 - d) R\$ 800.000,00
 - e) R\$ 1.000.000,00
-

07. Ao multiplicar $\sqrt{8}$ por $\sqrt{2}$, obtém-se:

- a) 4
 - b) 8
 - c) 16
 - d) 32
 - e) 64
-

08. Daniel e Larissa foram ao cinema. Compraram dois ingressos de mesmo preço e uma pipoca e gastaram 40 reais. Na semana seguinte, voltaram a esse cinema, compraram dois ingressos de mesmo preço e duas pipocas e gastaram 60 reais. Qual é o preço de cada ingresso?

- a) 5 reais.
 - b) 10 reais.
 - c) 15 reais.
 - d) 20 reais.
 - e) 25 reais.
-

09. Assinale a fração que representa, CORRETAMENTE, a dízima periódica 0,8383838383...

- a) $\frac{83}{100}$
 - b) $\frac{83}{99}$
 - c) $\frac{100}{83}$
 - d) $\frac{99}{83}$
 - e) $\frac{1}{83}$
-

10. Em uma sala de aula com 40 pessoas, 20 têm celular de última geração. Desses que têm celular de última geração, 40% usam capinha preta no celular. Qual a quantidade de pessoas que têm capinha preta no celular de última geração?

- a) 8 pessoas.
 - b) 10 pessoas.
 - c) 12 pessoas.
 - d) 14 pessoas.
 - e) 16 pessoas.
-

QUESTÕES DE 11 A 15 - INFORMÁTICA

11. No Windows 10 podemos visualizar os processos em execução no sistema e encerrar aqueles que estão consumindo muitos recursos computacionais e conseqüentemente causando problemas ao sistema operacional, qual alternativa a seguir possui o recurso do qual estamos falando?

- a) Menu iniciar.
- b) Painel de controle.
- c) Prompt de comando.
- d) Gerenciador de tarefas.
- e) Centro de ações.

12. Qual das seguintes opções é uma função comum de um scanner ou multifuncional?

- a) Conectar-se à internet sem fio.
- b) Armazenar arquivos em nuvem.
- c) Realizar chamadas telefônicas.
- d) Imprimir documentos.
- e) Digitalizar imagens ou documentos em papel.

13. Esse recurso está presente em diversas versões do Microsoft Office, e possibilita que os usuários editem documentos em tempo real, permitindo que mais pessoas trabalhem no mesmo documento de forma simultânea, assinale a alternativa que refere-se a esse recurso.

- a) Coautoria.
- b) Comentários.
- c) Revisão.
- d) Recursos de comparação de documentos.
- e) Modo de exibição de leitura.

14. Qual dos seguintes recursos do Google Chrome permite que os usuários salvem senhas de login para acessar sites e aplicativos de maneira mais rápida e fácil?

- a) Gerenciador de downloads.
- b) Histórico de navegação.
- c) Gerenciador de senhas.
- d) Recursos de tradução de página.
- e) Modo de navegação anônima.

15. Imagine que alguém utilize as redes sociais para ofender e ameaçar outra pessoa. Entre os princípios básicos de segurança da informação, existe um que é muito importante, pois está relacionado à garantia da impossibilidade de o emissor negar a autoria de determinada mensagem ou transação. Assinale a alternativa que possui esse princípio.

- a) Confidencialidade.
- b) Disponibilidade.
- c) Não repúdio.
- d) Integridade.
- e) Falsa identidade.

QUESTÕES DE 16 A 20 - CONHECIMENTOS GERAIS

16. Assinale a alternativa que contenha a definição CORRETA de Arquipélago.

- a) Extensão de terra firme cercada de modo durável por água doce ou salgada em toda a sua periferia.
- b) Grande massa de terra banhada por mares e oceanos.
- c) Porção de terra de certa extensão, cercada de água por todos os lados, salvo por um, através do qual se une a uma área maior de terreno.
- d) Conjunto de ilhas dispostas em grupo numa superfície marítima de maior ou menor extensão.
- e) Faixa de terra, em declive suave, geralmente coberto de areia, que confina com o mar, com rio ou lagoa.

17. Em qual ano Reserva deixou de ser distrito do município de Tibagi?

- a) 1925.
- b) 1928.
- c) 1923.
- d) 1921.
- e) 1933.

18. Quem foi o primeiro prefeito de Reserva a assumir o cargo em 1947, após a Revolução Constitucionalista?

- a) Coronel Benjamin Branco.
- b) Frederico Bittencourt Hornung.
- c) Dr. João Aires de Mello Filho.
- d) Rivadavia Rosas da Cunha.
- e) Oscar Lopes Munhoz.

19. Entre quais municípios fica localizado o Cânion Guartelá?

- a) Entre os municípios de Castro e Tibagi.
- b) Entre os municípios de Ventania e Tibagi.
- c) Entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba.
- d) Entre os municípios de Castro e Piraí do Sul.
- e) Entre os municípios de Tibagi e Telêmaco Borba.

20. Quantos municípios compõem a Região Metropolitana de Curitiba?

- a) 17 municípios.
- b) 23 municípios.
- c) 29 municípios.
- d) 35 municípios.
- e) 41 municípios.

QUESTÕES DE 21 A 40 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A origem do termo e do conceito de Constituição remonta ao período romano, à Aristóteles, à Idade Média com a Magna Carta inglesa e as revoluções liberais. A respeito do conceito de Constituição, assinale a alternativa que descreve e correlaciona CORRETAMENTE o pensamento dos juristas mencionados.

- a) Conforme Gustavo Zagrebelsky, a concepção de Constituição suave ou dúctil ajusta-se à ideia de que ela deve ser entendida como um caminho suave a ser percorrido pela sociedade em direção aos objetivos majoritários estabelecidos politicamente na Carta constitucional.
- b) Niklas Luhmann, por sua vez, criador da Teoria Sistêmica da Sociedade, enxerga na Constituição o resultado da conexão – ou acoplamento – entre os sistemas do Direito e da Política.
- c) Para Peter Häberle, constitucionalista alemão, a Constituição é um documento escrito que deve ser exclusiva e decisivamente interpretado pelas Cortes constitucionais democraticamente estabelecidas.
- d) O filósofo Jürgen Habermas define a Constituição como um instrumento de dominação das elites, por meio da formalização da estrutura jurídica.
- e) Segundo Konrad Hesse, a Constituição é um mecanismo para legitimar o poder soberano, funcionando como pressuposto lógico do próprio Estado de Direito.

22. O controle de constitucionalidade consiste na aferição da compatibilidade e adequação das leis e atos normativos com a Constituição. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O controle de constitucionalidade repressivo é exclusivo do Poder Judiciário, que o realiza de forma concentrada ou difusa.
 - b) Conforme o entendimento do STF, a eficácia *erga omnes* de decisão proferida pela Corte em recurso extraordinário com repercussão geral depende da publicação de resolução do Senado Federal, a quem compete suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional.
 - c) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
 - d) Contra decisão do relator que admite ou inadmite o pedido de ingresso de *amicus curiae* cabe agravo.
 - e) Os efeitos temporais da coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo são imediatamente cessados quando o STF se manifestar em sentido oposto em julgamento de controle concentrado de constitucionalidade ou de recurso extraordinário com repercussão geral.
-

23. Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA sobre o Poder Judiciário e seus órgãos.

a) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de dez e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

b) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

c) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

d) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e seis Ministros.

e) A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a trinta mil integrantes.

24. No que diz respeito aos defeitos do negócio jurídico, conforme o Código Civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

b) Se ambas as partes procederem com dolo, poderão alegá-lo reciprocamente a fim de anular o negócio ou reclamar indenização.

c) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

d) O dolo do representante convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.

e) A ameaça, ainda que diga respeito ao exercício normal de um direito, configura espécie de coação e, por isso, vicia o negócio jurídico.

25. Com base exclusivamente na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/42), assinale a alternativa CORRETA.

a) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteira ou parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.

b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.

c) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

d) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.

e) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta dias depois de oficialmente publicada.

26. Considerando o conteúdo programático previsto para a disciplina de Direito Processual Civil, com base na jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA.

a) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração quando inalterado o julgamento anterior.

b) Em ações de execução fiscal, a petição inicial pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.

c) Compete à turma recursal decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

d) A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação de fazer ou não fazer.

e) Compete ao Tribunal Regional Federal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.

27. Em relação à competência, especialmente a interna, com base nas disposições processuais civis em vigor, é CORRETO afirmar que:

- a) a ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- b) os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já houver sido sentenciado.
- c) é competente o foro de domicílio ou residência do alimentante, para a ação em que se pedem alimentos.
- d) determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- e) a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.

28. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
- b) Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
- c) Quando a Fazenda Pública alegar na impugnação que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar, no prazo de 10 (dez) dias, após a oitiva da parte contrária, o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- d) Considera-se inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que a decisão de inconstitucionalidade tenha sido proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda.
- e) A Fazenda Pública poderá arguir qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que antecedentes ao trânsito em julgado da sentença.

29. As imunidades tributárias são normas de estrutura – levando em consideração a divisão feita por Norberto Bobbio entre normas de comportamento e normas de estrutura – que tem o condão de dar comandos ao legislador, delimitando a competência tributária. A respeito das imunidades, das isenções e das hipóteses de não incidência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A doutrina moderna do Direito Tributário é consensual ao definir as imunidades tributárias como previsões constitucionais de não incidência.
- b) Tributos sujeitos à alíquota zero encerram verdadeiras hipóteses de isenção.
- c) As entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social a fim de se beneficiarem da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'c', da Constituição, que abrangerá não só os impostos sobre o seu patrimônio, renda e serviços, mas também os impostos sobre a importação de bens a serem utilizados na consecução de seus objetivos estatutários.
- d) A imunidade recíproca, que decorre do pacto federativo, corresponde à proibição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cobrarem tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- e) A imunidade dos livros engloba o livro eletrônico e o maquinário utilizado no processo de produção dos livros físicos, jornais e periódicos.

30. Com base no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que a lei tributária deve ser interpretada da maneira mais favorável ao contribuinte quando tratar da:

- a) suspensão do crédito tributário.
 - b) exclusão do crédito tributário.
 - c) capitulação legal do fato.
 - d) outorga de isenção.
 - e) dispensa do cumprimento de obrigações acessórias.
-

31. Pode-se afirmar que o primeiro setor diz respeito à própria Administração Pública. O segundo setor abrange os particulares que atuam objetivando lucro. Há, ainda, o terceiro setor. Sobre ele, assinale a alternativa CORRETA.

a) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que integram o terceiro setor e desempenham serviços de interesse público não privativos do Estado, contando, necessariamente, com representantes do Poder Público no conselho de administração.

b) Os serviços sociais autônomos apesar de não integrarem a Administração Pública, submetem-se ao dever de licitar, na forma da legislação federal, em consonância com o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

c) O contrato de gestão consiste no instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas na legislação.

d) É inexigível a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

e) As entidades que pertencem ao terceiro setor integram a Administração Pública Indireta somente após a celebração de convênio para a gestão de recursos públicos, submetendo-se à fiscalização dos tribunais de contas.

32. A Lei 8.666/1993 prevê que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a:

a) 6 (seis) meses.

b) 1 (um) ano.

c) 2 (dois) anos.

d) 3 (três) anos.

e) 4 (quatro) anos.

33. A Constituição Federal prevê que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

a) O Estado responde objetivamente pelos danos causados a jornalistas feridos em coberturas de manifestações em que ocorra tumulto ou conflito, não podendo se falar em culpa exclusiva da vítima no caso de descumprimento de ostensiva e clara advertência sobre o acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à integridade física.

b) São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

c) Caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, ainda que não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

d) Admite-se que a pessoa lesada ingresse com o pleito indenizatório contra o próprio agente público causador do dano e não necessariamente contra o Estado ou a pessoa jurídica prestadora de serviço público.

e) Os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado, motivo pelo qual o Estado não tem responsabilidade objetiva pelos danos causados a terceiros pelos notários e registradores, no desempenho do serviço público que lhes foi delegado.

34. A respeito da prescrição intercorrente do Direito do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA, com base na CLT (Decreto-Lei 5.452/43).

a) A prescrição intercorrente no processo do trabalho, que pode ser declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição, ocorre no prazo de 2 (dois) anos e a fluência do prazo inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

b) A prescrição intercorrente no processo do trabalho, que não pode ser declarada de ofício, ocorre no prazo de 5 (cinco) anos e a fluência do prazo inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

- c) A prescrição intercorrente no processo do trabalho, que pode ser declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição, ocorre no prazo de 2 (dois) anos e a fluência do prazo inicia-se a partir do trânsito em julgado da ação de conhecimento.
- d) A prescrição intercorrente no processo do trabalho, que pode ser declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição, ocorre no prazo de 5 (cinco) anos e a fluência do prazo inicia-se a partir do trânsito em julgado da ação de conhecimento.
- e) A prescrição intercorrente no processo do trabalho, que não pode ser declarada de ofício, ocorre no prazo de 2 (dois) anos e a fluência do prazo inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

35. Considerando o conteúdo programático para a disciplina de Direito de Trabalho, com base nas teses de repercussão geral fixadas pelo STF, assinale a alternativa CORRETA.

- a) São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, desde que haja a explicitação especificada de vantagens compensatórias e que sejam respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.
- b) A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, a qual se reputa cumprida pela autorização prévia por parte da entidade sindical ou pela celebração de convenção ou acordo coletivo.
- c) A natureza do ato de demissão de empregado público é trabalhista e não constitucional ou administrativa, o que atrai a competência da Justiça do Trabalho para julgar a questão.
- d) É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.
- e) Compete à Justiça Comum processar e julgar ações relativas às verbas trabalhistas referentes ao período em que o servidor mantinha vínculo celetista com a Administração, antes da transposição para o regime estatutário.

36. Com base na Lei Orgânica do Município de Reserva, sobre os vereadores, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O vereador perderá o mandato se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada.
- b) Os vereadores serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, bem como sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- c) Para tratar de assuntos particulares, os vereadores poderão gozar de licença desde que o período não seja superior a 180 (cento e oitenta) dias por sessão legislativa.
- d) O afastamento de vereador para o desempenho de missões temporárias de interesse do município será considerado como de licença, fazendo jus, entretanto, à remuneração estabelecida.
- e) O vereador condenado em processo criminal com trânsito em julgado perderá o mandato, após deliberação da Câmara, por voto de dois terços de seus membros.

37. A respeito dos tributos municipais, conforme disciplina da Lei Orgânica do Município de Reserva, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As alíquotas do imposto predial e territorial urbano, IPTU, serão atualizadas anualmente, antes do término do exercício, podendo para tanto ser criada comissão da qual participarão, além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes, de acordo e por meio de decreto do Prefeito.
- b) A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais independe de autorização legislativa e será concedida pelo Prefeito, que poderá delegar tal atribuição ao Secretário da Fazenda.
- c) A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vínculo que possuir no Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor de créditos prescritos ou não lançados.
- d) Compete ao Município instituir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e rural.
- e) A concessão de isenção, anistia ou moratória gera direito adquirido ao contribuinte, após regular procedimento administrativo fiscal.

38. A Lei Orgânica do Município de Reserva dispõe sobre o processo legislativo municipal. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Emendas à lei orgânica devem ser propostas por, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) Não há previsão expressa de iniciativa popular para proposta de emenda à lei orgânica.
- c) Matérias relativas ao Código Tributário Municipal deverão ser veiculadas por meio de lei complementar, que exige para a aprovação o voto favorável da maioria dos presentes à sessão legislativa.
- d) O prefeito, em caso de calamidade pública, poderá adotar a medida provisória, com força de lei, para abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-la à Câmara Municipal no prazo de 5 (cinco) dias.
- e) Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de leis que versem sobre a criação de cargos, empregos e funções na administração direta ou autárquica do Município ou o aumento de sua remuneração.

39. Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos servidores públicos, conforme a Lei Municipal 785/2017, que dispõe sobre a estruturação do Plano Geral de Cargos e Carreiras do Município de Reserva.

- a) O regime jurídico aplicável aos servidores públicos de carreira é o celetista.
- b) A legislação define servidor público como cidadão investido em cargo ou função pública, mediante nomeação ou designação, seja para cargos de provimento efetivo, funções de confiança ou cargos em comissão.
- c) Os concursos públicos para provimento de cargos efetivos terão validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogados uma única vez, por igual período.
- d) O número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) junto ao Ministério da Fazenda não é requisito indispensável do termo de posse.
- e) O desenvolvimento na carreira funcional do servidor público dar-se-á exclusivamente por meio da progressão funcional.

40. Assinale a alternativa CORRETA, com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Reserva (Lei Municipal 39/1994).

- a) O servidor tomará posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do ato que o nomeou, prorrogável por mais de 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado, por motivo justificado.
 - b) O labor extraordinário realizado em domingo ou feriado será remunerado com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.
 - c) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - d) A progressão consiste na ascensão do servidor, para um nível superior, e será precedida de avaliações internas.
 - e) As indenizações e auxílios incorporam-se ao vencimento, nos casos e condições indicados no Estatuto.
-